



LETRAS QUE FALAM: PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO RACIAL NO PIBID

Priscila Maria de Souza Camilo¹, Anna Nicy Pereira Romeu², Juliana Mayane Sobreira Xavier³, Edivone Meire Oliveira⁴. E-mail: priscila.souza@urca.br

¹Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, Brasil; ²Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, Brasil; ³E.E.F. São Francisco; ⁴Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, Brasil;

RESUMO

A Lei nº 10.639/2003 determina o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira como conteúdo obrigatório no currículo da educação básica. Contudo, a implementação dessa legislação no cotidiano escolar ainda enfrenta inúmeros desafios para sua efetivação, especialmente no que se refere à elaboração e à aplicação de práticas pedagógicas que promovam, de fato, a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 1/2004). Na falta de uma fundamentação adequada e iniciativas efetivas para este fim, ao invés de valorizar a diversidade, corremos o risco de reforçar estereótipos e reproduzir desigualdades. Diante disso, este trabalho tem como objetivo relatar as experiências pedagógicas vivenciadas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvidas por meio do projeto “Letras que Falam: compreendendo nossas raízes, diferenças e sentimentos”, bem como refletir os aprendizados construídos pelas *pibidianas* e pelas crianças durante o processo. Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa, realizado na Escola de Ensino Fundamental São Francisco, localizada no município de Crato, no estado do Ceará, com uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental. As ações desenvolvidas envolveram atividades lúdicas articuladas ao processo de alfabetização e letramento racial, integrando diferentes linguagens ao debate étnico-racial, como, acolhidas com dinâmicas de formação de palavras africanas utilizando letras móveis, exploração do continente africano no mapa-múndi, roda de conversa sobre ancestralidade e diversidade, contação de histórias com uso de fantoches confeccionados com auxílio de palitos e fantasias, jogos de onomatopeias, produção coletiva de textos e histórias, oficina de criação de personagens e confecção de pulseiras e colares de miçangas com letras do alfabeto, sempre em alinhamento com os princípios das referidas Diretrizes Curriculares. Foram trabalhadas, como eixo norteador, três obras literárias infantis: *Esconde-Esconde das Palavras*, de Franciélia Alves (2018); *O colar de Kitu*, de Michel Ocelot (2016); e *Chapeuzinho e o Leão Faminto*, de Alex T. Smith (2019). Os resultados mostram que as práticas desenvolvidas contribuíram tanto para o desenvolvimento da aprendizagem nos campos da leitura e da escrita quanto para a ampliação da percepção das crianças sobre o reconhecimento e a valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira, promovendo, desse modo, a construção de uma identidade antirracista desde os primeiros anos de escolarização. Conclui-se, portanto, que as abordagens pedagógicas fundamentadas



na legislação e nas diretrizes curriculares acerca das relações étnico-raciais não devem se restringir aos processos de formação inicial docente, mas permear todo o percurso profissional do educador antirracista, em todos os espaços escolares, visando à construção de uma educação mais igualitária. Ressalta-se, ainda, a necessidade de ampliação de iniciativas que integrem o letramento racial ao currículo desde a Educação Infantil.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento racial; Lei 10.639/2003; Diretrizes Curriculares Nacionais; Pibid.